

# O rádio como instrumento facilitador no processo de inclusão social

Juliana R. Cancian, Alex Madeira,  
Cristina Schlosser, Márcia Carraro, Patrícia Berté\*

## Índice

1 Introdução	2
2 Comunicação como necessidade do homem	3
3 Considerações finais	9
4 Referências bibliográficas	11

## Resumo

Desde os primórdios da existência o homem busca se socializar e interagir com os outros seres. Comunicar é essencial para que o indivíduo consiga expressar seus desejos,

tristezas e alegrias. O homem evoluiu junto com a comunicação, porém esse processo de socialização apresentou alguns pontos negativos, como a divisão de classes. A desigualdade é o primeiro passo para a exclusão que desencadeia o isolamento do sujeito na sociedade. O rádio surge como uma ferramenta interativa para tentar amenizar a solidão dos grupos excluídos e incentivar a participação e inclusão dos mesmos.

**Palavras-chave:** Comunicação, Inclusão social, Rádio.

---

\*Juliana Cancian é jornalista formada pela UFSM (Santa Maria – RS) e professora do curso de Comunicação Social com ênfase em Jornalismo da Unipar – Universidade Paranaense, campus – Cascavel/PR. Especialista em Letras pelo Centro Universitário La Salle (Canoas-RS), e especialista em Comunicação pela Unipar (Cascavel-PR). Mestranda em Letras, Estudos Literários, pela UEM (Maringá-PR). Orientadora deste artigo. E-mail: julianac@unipar.br.

Os autores, Alex Madeira, Cristina Schlosser, Márcia Carraro e Patricia Berté são estudantes do 4º ano do curso de Comunicação Social com ênfase em Jornalismo pela Unipar – Universidade Paranaense, campus de Cascavel/PR. O artigo faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso em Radiojornalismo. E-mails: alexralerf@hotmail.com; cristina\_alines@yahoo.com.br; marecarraro@gmail.com; pati\_berte@hotmail.com.

## Abstract

The human being has been searching for socializing and interacting themselves since the origin of its existence. It's essential to communicate in order to express their wishes, sadness and joys. Both, men and communication, have developed at the same time, however, the process of socialization has brought some negative points as the classes division. Social differences are the first step to exclude the human being from living in society and provoke his loneliness. The Radio appears as an interactive tool

to minimize the loneliness of excluding groups and incentives the participation and inclusion of these ones.

**Key words:** Communication, Social Inclusion, Radio.

## 1 Introdução

Este artigo tem por finalidade mostrar a importância da comunicação para a evolução da sociedade e verificar como a mídia, principalmente a radiofônica, pode contribuir com o parâmetro de inclusão social. Desde os primórdios da vivência humana, o homem, ser racional e que se comunica, sente as conseqüências das desigualdades social e econômica, tidas, segundo o professor Henrique Rattner<sup>1</sup>, como as primeiras colaboradoras da disseminação da exclusão. Segundo ele, a segunda responsável pelo agravamento do número de excluídos refere-se á ética da injustiça social e dos preconceitos; e a terceira propiciadora da dimensão da exclusão engloba os diversos sofrimentos impostos a milhões de seres humanos.

O conceito de exclusão se inscreve na falta de acesso às oportunidades oferecidas pela sociedade a seus membros e na ignorância do outro em achar que o “diferente” não possa ter algo de bom a acrescentar na formação do meio social. As pessoas são isoladas pelo simples fato de apresentarem características que fogem ao padrão do ser ideal, fomentado pelo modelo capitalista e normativo em vigor na sociedade. Não são levadas em conside-

<sup>1</sup> Autor do texto Exclusão Social, publicado na Revista Espaço Acadêmico de n.º: 65. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/065/65rattner.htm>. Acessado em 01 de julho de 2007.

ração as múltiplas inteligências e capacidade afetiva que possua o ser.

Na maioria das vezes, as pessoas coexistem na sociedade, fazendo parte do conceito de integração, no entanto, não percebem a magnitude e a diferença desta para a inclusão. A pessoa está integrada quando se adapta às diversas situações ou ambientes na tentativa de equiparar-se ao outro para ser aceita e permanecer, mesmo que de forma parcial, no convívio social. Em contrapartida, o indivíduo se torna incluso quando o meio se estrutura para recebê-lo, e, independente de qual seja a necessidade que o ser tenha, a diversidade humana é aceita total e incondicionalmente pela sociedade.

Diante de significados e paradigmas semelhantes e ao mesmo tempo com uma diferença subliminar, optamos por debater como tema central deste artigo a necessidade de se trabalhar o merecimento de inclusão de toda e qualquer pessoa neste, naquele ou noutra espaço. Independente de classe, cor, crédulo, poderio ou escolaridade. Lembrando que ninguém consegue ser alguém sozinho, sempre há a dependência do outro ou do que ele possa nos proporcionar em termos de valorização e acréscimo de conhecimento, saúde, experiência, educação e aquisição.

O problema está na mente soberana de algumas pessoas e na indução de comportamento referente a outras, que constroem paredes e instalam fiações onde não há nem ao menos terreno. Na visão de muitos, os acometidos pela pobreza, enfermidade, deficiências, analfabetismo fazem parte de um bloco homogêneo e coagulado, não havendo a conversão e compreensão por parte do próximo.

Se analisarmos que a importância se dá pela multidimensão do problema, justificamos que o mundo é formado por excluídos,

pois de uma forma ou de outra, não há participação plena de indivíduos nos níveis em que a sociedade é organizada: ambiental, cultural, econômico, político e social, o que há é a ausência de cidadania.

Para Pedro Demo (2001), cidadania pressupõe o Estado de direito, que parte, pelo menos na teoria, da igualdade de todos perante a lei e do reconhecimento de que a pessoa humana e a sociedade são detentores inalienáveis de direitos e deveres. Segundo o autor, a cidadania fundamental viceja aquela que sabe tomar consciência das injustiças, descobre os direitos, vislumbra estratégias de reação e tenta mudar o rumo da história.

Contudo, como cita Rogério Roque Amaro, do Instituto São Tomás de Aquino<sup>2</sup>, a exclusão implica a não realização das necessidades almeçadas e consideradas importantíssimas para a realização do homem: ser – reconhecimento individual, estar – interação social, fazer – reconhecimento popular, criar – capacidade de empreender, saber – acesso à informação, e ter – aquisição de bens.

No isolamento em que se confinam muitos dos deserdados pela sociedade, predominam graves problemas psicológicos: angústia, depressão, medo e revolta. O rádio se faz companheiro do ouvinte e mediador da tristeza eloqüente e é dessa forma que contribui para a inclusão do ser no espaço que é comum a todos. Seja através da música ou da informação, o rádio é uma forma barata de entretenimento.

O veículo atinge expressivamente a massa e proporciona a participação direta do ou-

<sup>2</sup> Texto A exclusão social hoje. Disponível em: [http://triplov.com/ista/cadernos/cad\\_09/amaro.html](http://triplov.com/ista/cadernos/cad_09/amaro.html). Acessado em 01 de julho de 2007.

vinde, que telefona, manda e-mail ou simplesmente escuta. Esse meio propagador da mensagem, além de estabelecer uma fácil compreensão, devido a sua linguagem facilitadora, estimula a criatividade e a imaginação do receptor ao fazê-lo criar mentalmente a imagem visual transmitida pela imagem acústica.

Ainda baseados na necessidade de inclusão pela mídia, um segundo artigo será produzido, como complemento e continuação deste, fazendo um recorte para evidenciar a realidade preconceituosa em que estão inseridos os portadores do HIV, mesmo após duas décadas da descoberta da doença e de muitos mitos já terem sido quebrados. A doença ainda é um estigma. O propósito é utilizar o método de pesquisa e observar o comportamento do indivíduo com Aids na cidade de Cascavel, PR/BR, para verificar o quanto a mídia radiofônica pode contribuir para a inclusão social do portador do vírus HIV e colaborar com sua qualidade de vida, tendo em vista que é o público quem justifica o papel social e existencial da mídia.

## **2 Comunicação como necessidade do homem**

A comunicação é um fato que historicamente sempre existiu. Desde a pré-história, na era paleolítica, a pintura rupestre era uma das principais representações pictóricas conhecidas, gravadas em abrigos ou cavernas. As figuras mais habituais eram de animais, cenas de caça e adoração a deuses, fato esse que explica a necessidade da comunicação humana antes mesmo da linguagem escrita existir.

Segundo o filósofo alemão Friedrich En-

gels<sup>3</sup> (1896), o trabalho e a palavra articulada foram os principais estímulos responsáveis pelo desenvolvimento do cérebro humano, que, mesmo provindo do macaco e semelhante ao cérebro deste animal, supera-o em tamanho e perfeição. O desenvolvimento do cérebro humano e dos sentidos a seu serviço, a clareza da consciência, a capacidade de abstração e de discernimento também foram fundamentais para a organização da sociedade.

O trabalho do homem começa com a elaboração de instrumentos de caça e pesca, utilizados no princípio como armas. Para Engels (1896), a caça e a pesca pressupõem a passagem da alimentação vegetal para a mista, uma outra transformação que contribuiu para a evolução dos seres. O homem aprendeu a selecionar os alimentos, a fazer uso do fogo, a viver em qualquer clima e a defender-se do mau tempo.

O ser humano que vivia no estado de natureza e até então expressava seus sentimentos, idéias e conceitos através de imagens e gestos, passa então a se comunicar por meio da fala e mais tarde da escrita. O desenvolvimento da linguagem foi extremamente importante para a evolução do homem interativo, que ensina e aprende em contato com o outro.

Estamos imersos num processo cotidiano de múltiplas possibilidades comunicativas. Nesse sentido, pode-se afirmar que cada palavra, cada imagem, cada gesto que provoque uma ação/reação nos indivíduos configura-se numa comunicação:

<sup>3</sup> Disponível em:

<http://www.culturabrasil.org/trabalhoengels.htm>. Artigo “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem”. Acessado em 20 de junho de 2007.

A linguagem, mesmo se não articulada, pressupõe a capacidade de traduzir em conceitos os elementos da vida cotidiana, de representar a realidade através de símbolos: capacidade esta que o homem devia ter quando começou a forjar utensílios e a usá-los e quando começou a cooperar com seus semelhantes, dando origem a uma sociedade embrionária. Aliás, pensou-se que a linguagem não fosse apenas um meio para exprimir o pensamento, mas tivesse objetivo mais prático de controlar a conduta dos indivíduos (GIOVANNINI, 2001, p. 26-27).

Mesmo contemplado pela natureza, o ser humano se viu tentado a querer mais. Viver em sociedade era uma forma de suprir os interesses individuais, já que unidos os selvagens uns aos outros a sobrevivência se tornaria mais fácil. Porém, se relacionar com as outras pessoas não era tão simples quanto os primatas imaginavam, chegar a um consenso de idéias é o grande desafio.

Do homem que vivia em bandos – Idade da Pedra Lascada – ao homem atual, tivemos várias fases, como: Era Mesolítica, Idade da Pedra Polida, Idade Média, Moderna e Contemporânea. Nesta última, está inserido o Capitalismo, um sistema que segundo Karl Marx (apud CATANI, 1999), se faz necessário à concentração da propriedade dos meios de produção nas mãos de uma classe social e à presença de uma outra classe para a qual a venda da força de trabalho seja a única fonte de subsistência. A divisão social do trabalho no seio da produção mercantil é uma característica da sociedade capitalista, cada pessoa tem uma profissão particular e por isso, todos dependem uns dos outros para sobreviver.

Segundo o professor Henrique Rattner, a exclusão é inerente ao sistema capita-

lista, como fenômeno universal e inevitável, expandindo-se em ritmo e intensidade diferentes, ao acompanhar os ciclos de expansão e recessão da economia. O professor alega que para mudar a cultura da exclusão e da pobreza, devemos reconstruir as relações sociais pervertidas por um sistema econômico social e ambientalmente desumano e insustentável.

Rattner difere então inclusão/exclusão como dois processos sociais com dinâmicas assimétricas e diferentes. Enquanto a inclusão social é produto de políticas públicas dirigidas concretamente para o resgate e a incorporação da população marginalizada, oferecendo condições e acesso à organização social, como produtores e consumidores, cidadãos com plenos direitos e senhores de seu destino, a exclusão é o resultado de uma dinâmica “perversa” de acumulação e reprodução do capital, cada vez mais aceleradas pela concentração de capitais no regime de mercados e espaços globalizados.

## **2.1 Meio social e exclusão**

A desigualdade causada pelo sistema global capitalista – que ganhou notoriedade no século XVII - exala o poder de superioridade nos homens, os mais fortes dominam os mais fracos. A ganância predomina no comportamento dos seres humanos, que partem para um individualismo na coletividade e brigam para serem os únicos donos de propriedades que até então eram de todos. Criam leis que norteiam a humanidade e impõem regras iguais aos semelhantes, porém cada um tem uma conduta de vida diferente, guiada por suas crenças e não pelas normas sociais. Os que na pré-história eram seres iguais, com a formação da sociedade tornaram-se

desiguais:

A desigualdade é quase nula no estado de natureza. Em nenhuma de suas formas possui grande realidade ou influência. A maioria das desigualdades resulta com o efeito do hábito e da educação e, conseqüentemente, da sociedade que exercita ou não as forças do corpo e as do espírito (ROUSSEAU, 2005, p.17).

A partir das desigualdades, intensifica-se a exclusão social, em que algumas pessoas são ignoradas por serem deficientes, pobres, analfabetas, portadoras de algum tipo de doença, de diferentes cores e classes sociais, como se não fizessem parte da sociedade e não tivessem direitos como os outros. O artigo I da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, diz que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Para o professor Marcio Pochmann<sup>4</sup> (2004), no Brasil a exclusão social configura-se como marca inquestionável do desenvolvimento capitalista brasileiro. A escravidão predominante durante mais de três séculos no país é considerada como um regime de exclusão pôr excelência, e, mesmo com a abolição da escravatura, é visível o precário acesso dos negros aos direitos civis, além de extrema dificuldade para se entrar no mercado de trabalho. Mesmo a

<sup>4</sup> Disponível em:

<http://www.social.org.br/relatorio2004/relatorio016.htm>. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, “A exclusão social no Brasil e no mundo”. Acessado em 22 de junho de 2007.

consciência do racismo não proporcionou formas dignas de acesso à cidadania por parte expressiva da sociedade.

Somente com a Revolução de 1930 é que o país passa a propagar alguns dos direitos políticos com a generalização do voto universal e secreto, exceto os analfabetos, que eram ainda excluídos. A maior parte dos trabalhadores rurais também foi excluída do acesso aos direitos sociais e trabalhistas até a década de 1960. Em 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural, e em 1967, com o Funrural (Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural), a população do campo passou a ter acesso aos direitos sociais e trabalhistas.

Com a Constituição de 1988 é ampliado o acesso aos direitos sociais, porém a exclusão social continuou se generalizando. Segundo os dados de 2006 do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que mede o índice de desenvolvimento humano a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB – Produto Interno Bruto per capita), o Brasil praticamente não evoluiu.

O relatório da ONU (Organização das Nações Unidas), feito com análise de dados a partir de 2004, aponta que o país passou no ranking de 68° para 69° colocado, em contrapartida a classificação também revela uma discreta melhora em seu IDH. De 0,788 em 2003, evoluiu para 0,792. Apesar da melhora, o Brasil continua sendo citado como exemplo de desigualdade na distribuição de renda, fato esse que também contribui para a exclusão social.

As desigualdades sociais e culturais existem e são notáveis. Contudo, na maioria das vezes, são essas diferenças que ditam o com-

portamento do ser na sociedade. Segundo a professora Rosita Edler Carvalho (2004), a diferença humana pode ser considerada uma normalidade e, para que haja vida social, as pessoas precisam ser educadas de acordo com sua visão individual. É preciso aceitar as diferenças, para que todos sejam inclusos na sociedade e não apenas integrados nela.

## 2.2 Diferenças entre inclusão e integração

Como descreve o livro *Mídia e Deficiência* (2003), o significado de integração e inclusão ainda é utilizado pela mídia de forma confusa. Alguns autores acreditam que essas palavras sejam sinônimas, outros supõem que elas se completam. Mas afinal, qual a definição para cada termo?

A integração parte do pressuposto de que as pessoas precisam estar prontas ou reabilitarem-se para fazer parte de um grupo, ou seja, elas são selecionadas de acordo com suas condições físicas, psíquicas e sociais, e, para aumentar as chances de inserção social, tendem a disfarçar suas limitações. O adjetivo integrador é usado quando se busca qualidade nas estruturas que atendem apenas às pessoas com deficiência consideradas aptas (escola integradora, empresa integradora).

Segundo o *Manual da Mídia Legal* (2003), criado pela Escola de Gente – Comunicação em Inclusão, na integração as pessoas com deficiência se adaptam às realidades dos modelos que já existem na sociedade e esta, por sua vez, faz apenas ajustes. No pensamento integrador, a tendência é tratar pessoas com deficiência como um bloco homogêneo, ou seja, destacar as qualidades para compensar a falta de alguma capacidade. Um exemplo citado no Manual é a capacidade que os sur-

dos têm de melhor concentração do que as outras pessoas.

Já a inclusão tende a inserir total e incondicionalmente todas as pessoas, partindo da certeza de que todos são diferentes e especiais, e não devem ser julgados para que sejam aceitos pelo meio em que vivem. Segundo a jornalista Claudia Werneck (2003), na inclusão a “ética da diversidade” deve ser respeitada.

Ao contrário da “ética da igualdade”, que acaba por valorizar única e exclusivamente o que as pessoas têm de semelhante, e consequentemente permite a hierarquização de condições humanas, criando assim a categoria do “diferente”, a “ética da diversidade” se apóia na certeza de que a humanidade encontra infinitas formas de se manifestar. Portanto, não admite a comparação entre diferentes condições humanas, nem privilegia uma delas em detrimento de outras. Nessa concepção, perante a sociedade, os seres humanos terão o mesmo valor, não importa de que modo ouvem, andam, enxergam ou pensam.

Estamos falando de diversidade: uma nova sociedade, de e para todos os homens e mulheres de todas as idades e condições físicas, de todas as origens, raças, culturas, religiões, opções sexuais e ideológicas, condições sociais. O único tipo de sociedade que pode ser sustentável e permitir verdadeiro e completo desenvolvimento humano (BIELER, 2003, p. 33).

Outro conceito relacionado à inclusão é o de acessibilidade. De acordo com o consultor em inclusão Romeu Kazumi Sassaki (2003), uma sociedade está acessível quando elimina as barreiras: no ambiente, na comunicação interpessoal, nos métodos e técnicas

de estudo, de trabalho, de ação comunitária e de educação dos filhos; quando possibilita a todos o uso de instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, de lazer e de trabalho.

Para Sassaki (2003), numa sociedade acessível não há barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas e normas ou regulamentos, não há preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, mas há uma preocupação em acolher toda pluralidade de modos de ser e de existir presentes na espécie humana.

### **2.3 Rádio: um veículo para todos**

Os meios de comunicação, além de levarem a informação para as pessoas, exercem um poder de influência na vida social capaz de contribuir para a construção de uma sociedade inclusiva, isso se o trabalho jornalístico-comunicativo for fundamentado com base na responsabilidade social.

O rádio, segundo pesquisa realizada em 1996 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), é o veículo de comunicação mais presente nos lares brasileiros. Essa audiência ampla se dá devido a linguagem facilitadora, a capacidade do rádio de ser entendido por um público muito diversificado, por não exigir do ouvinte um conhecimento especializado para a decodificação e a recepção nas condições mais diversas; e ao imediatismo, por disponibilizar os fatos no momento em que eles acontecem.

O veículo é o meio de mensagem mais extenso, ágil e barato com que conta a sociedade atual. Conforme Emílio Prado (1985), a mobilidade da radiodifusão relacionada ao imediatismo não se compara aos outros meios de comunicação, por isso que a notícia veiculada pelo rádio é a primeira. A simul-

taneidade e instantaneidade permitem que a mensagem seja transmitida ao vivo do palco dos acontecimentos e seja abrangente, sem fronteiras. É considerado o meio de maior interação, pois cede espaço ao ouvinte para participar da programação, pedindo música, emitindo opinião ou prestando alguma informação.

O rádio tem duas características essenciais: brevidade e simplicidade. A clareza extensiva a outros meios jornalísticos é a principal característica da redação radiofônica, porque responde ao que Núñez Ladeveze (apud PRADO, 1985, p. 31) denomina “*funções jornalísticas da comunicação: rapidez de leitura, mínimo esforço de interpretação e máxima concentração informativa*”. O rádio estimula a criatividade e imaginação do receptor ao fazê-lo criar mentalmente a imagem visual transmitida pela imagem acústica.

Outro fator de eficácia é a compreensibilidade da mensagem informativa. Essa modalidade de comunicação abrange um público anônimo e heterogêneo, composto pelos diversos escalões socioculturais e, conseqüentemente, com diferentes níveis eficazes de compreensão, pessoas com anseios e necessidades diversas, independente de cor, classe social ou grau de escolaridade.

Para Roquette Pinto, pai do rádio no Brasil (apud FERRARETO, 2001, p. 97), “*o rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador de novas esperanças; o consolador do enfermo; o guia dos sãos, desde que realizem com espírito altruísta e elevado*”.

Essas características diferem este sistema de distribuição de informação massiva dos outros meios de comunicação e contribuem

para fazer do rádio um dos melhores e mais eficazes meios a serviço da transmissão de fatos atuais.

Devido à porcentagem elevada de analfabetos existente nos países subdesenvolvidos, o rádio exerce um papel de maior relevância nessas localidades. Este papel torna-se ainda mais importante nas sociedades mais desenvolvidas, nas quais a falta de tempo obriga as pessoas que desejam manter-se atualizadas a procurar a informação ou distração no meio radiofônico.

Este artigo não finda, contudo, aqui. Terá continuação em um segundo trabalho de caráter científico, com o propósito de observar o papel da mídia radiofônica cascavelense como fator de contribuição na discussão do tema inclusão social. Neste segundo artigo, será feito um recorte para retratar a necessidade de inserção do portador do vírus HIV/Aids na sociedade. Para dar suporte ao trabalho desenvolvido, será apurado e observado, através de pesquisas qualitativas, o comportamento do HIV positivo quanto a sua interação com o rádio e investigado se esse meio de comunicação contribui para a sua qualidade de vida.

A elaboração deste trabalho se faz importante devido à constatação do aumento do número de casos positivos para o HIV/Aids em Cascavel e pela notável forma de irrelevância com que a doença é tratada por muitos, inclusive pela mídia. “*Desde o aparecimento da aids no início dos anos 80, a sociedade mundial – e a brasileira em particular – se apressou em fazer de conta que o problema não dizia respeito a ela. Ficava mais fácil ignorar, rotular, segregar e discriminar do que enfrentar a questão*” (SO-LANO, 1998, p. 13).



Muitos, então, passam a viver num estado que é pior do que a pior doença, com medo da delação decorrente da ignorância e principalmente do preconceito inaceitável. As pessoas ficam acuadas e passam a ser clandestinas, perdidas na solidão. Chegamos a presenciar um clima de delação parecido com os piores anos da ditadura no Brasil, porque acreditava-se na existência dos “grupos de risco” para a aquisição do HIV. O tempo encarregou-se de mostrar a todos que este grupo é o grupo das pessoas vivas. Todos os sexos, todas as religiões, todas as nacionalidades (CHACON, et al, 1996, p. xiv).

### **3 Considerações finais**

Nos primórdios da comunicação entre os homens, observamos que diversos instrumentos eram utilizados para a transmissão da mensagem: os Egípcios através dos hieróglifos, os africanos por meio de tambores, que eram uma espécie de rádio na época; os índios brasileiros imitavam o canto dos pássaros e os índios americanos se comunicavam através de sinais de fumaça.

Gradativamente o ser humano descobriu novas formas de linguagem e de sobrevivência. Na Idade da Pedra Lascada – fase embrionária do homem – a comunicação era pouco desenvolvida e contemplavam-se as atividades de caça e pesca. Na Era Mesozóica, acentuou-se a capacidade dos primatas, que criando animais e cultivando a terra conseguiram diminuir a relação de dependência com a natureza, impondo-se sobre ela. Só na Idade da Pedra Polida, originou-se o trabalho especializado, com a divisão do trabalho pela necessidade de trocas com outras comunidades.

O processo de busca pela civilização

da humanidade atingiu à Idade Média – compreendida por uma sociedade completamente rural, de produção feudal e hierarquizada, passando à Idade Moderna marcada pelo período de transição do feudalismo para a fase mercantilista do capitalismo e compreendendo o início da Revolução Francesa – 1789. Essa revolução social deu margem à Idade Contemporânea, conhecida pelo vigor dos regimes totalitários e pelas crises financeiras, que estabeleceram o princípio da desigualdade civil predominante até hoje, nos campos político, econômico, social, cultural e religioso.

A evolução do homem não se deu de forma singular. Desde a pré-história até a contemporaneidade, o ser humano se preocupa em desenvolver meios para suprir a necessidade de comunicação e interação contínua com seus semelhantes. Viver em sociedade é uma necessidade da natureza humana, mas os anseios dos seres humanos vão além do aspecto material; eles são também de ordem espiritual e psicológica. Todo ser humano necessita de afeto, precisa amar e sentir-se amado, ser respeitado e receber a atenção do próximo.

A relação interpessoal é imprescindível para a sobrevivência humana, seja na escola, no trabalho, em casa, no lazer ou nas compras. O empresário depende dos clientes para manter sua empresa, o professor precisa do aluno para poder lecionar, as indústrias necessitam das pessoas para adquirir sua produção e a mídia, de um público “disposto” a consumir o produto a venda, a informação e o entretenimento.

De certa forma, cada fase de evolução do homem contribuiu para seu desenvolvimento mental, espiritual, social, cultural, político, econômico e, sobretudo, humano. Porém,

esse avanço também teve pontos negativos. Muitas pessoas ainda estão voltadas apenas à luta para satisfazer seus interesses e esquecem que fazemos parte de um círculo vicioso, onde nada acontece sem a ajuda do outro, portanto é preciso também pensar nas necessidades do próximo.

Não basta decretarmos e inscrevermos a fraternidade sobre uma bandeira, é preciso que ela esteja no coração dos seres humanos, pois bem sabemos que não se muda o coração dos homens com decretos. Essa falta de humanidade muitas vezes colabora para o aumento da exclusão e isolamento do homem, que é privado de ver concretizados seus direitos elementares.

A liberdade física consiste no direito de ir, vir e permanecer. Todavia, o termo liberdade tem significados bem mais amplos do que apenas o da locomoção, como liberdade de pensamento, de expressão, de consciência, de crença, de informação, de decisão, dentre outros, que asseguram a dignidade do cidadão. No entanto, infelizmente muitos não estão libertos da miséria, do analfabetismo, do subemprego, da subalimentação, da submoradia.

Essas desigualdades influenciam no relacionamento das pessoas e contribuem para a dimensão da exclusão. Como analisa Veet Vivarta (2003), no livro *Que país é este?*, superar as desigualdades é mais importante que superar a pobreza. Em termos proporcionais, há pobreza em todos os países do mundo. No Brasil, porém, a desigualdade cria abismos no acesso das pessoas a direitos fundamentais como à vida, à saúde e à educação de qualidade.

O autor explica que superar a desigualdade é diferente de conquistar a igualdade. O Brasil precisa caminhar no sentido de al-

cançar a equidade. A igualdade é o princípio sobre o qual todos os cidadãos podem reivindicar os mesmos direitos. Um sistema de igualdade é, portanto, aquele que assegura as mesmas oportunidades para todos os cidadãos. Assim, o princípio da igualdade é baseado no conceito de cidadania, onde todas as pessoas são iguais.

Conforme Vivarta (2003), a equidade<sup>5</sup> não expressa o mesmo conceito de igualdade. Equidade inclui as noções de julgamento e justiça. O conceito de equidade reconhece que os indivíduos em uma sociedade são diferentes entre si e devem, portanto, ter tratamentos diferentes para alcançarem oportunidades iguais.

Contudo, conforme descreve a jornalista Claudia Werneck (1997), uma sociedade inclusiva pode sim ser alcançada, desde que haja a formação de uma tríplice e poderosa aliança: família-escola-mídia.

A família pode ser considerada a estrutura do ser humano. A afetividade proporciona alegria, amor, reconhecimento e principalmente valorização própria do homem. Quem não tem família muitas vezes perde o ânimo e acaba se isolando, a inclusão é como uma grande família-sociedade, todos fazem parte.

A educação também tem um importante papel na inclusão social, pois ela é a base para o crescimento intelectual, profissional e disciplinar na vida das pessoas. Todos têm direito à educação, independente de cor, raça ou classe social. Portanto, ensinar e aprender é uma missão não muito fácil, mas que se for bem planejada e trabalhada pode ser a esperança para a inclusão de todas as pessoas.

<sup>5</sup> A equidade, ao lado da dignidade e da segurança, é considerada um direito humano pelas Nações Unidas, p. 135 do livro *Que país é este?*, sob a coordenação de Veet Vivarta.

A mídia tem um papel importante na sociedade também, pois trabalha com a informação. O rádio é um instrumento fundamental no processo de inclusão social e se destaca porque é um meio de comunicação de massa de fácil acesso. Todas as pessoas podem usufruir desse aparelho que tem como uma das principais características a interatividade. Além do rádio direcionar conteúdo, informação e entretenimento ele não seleciona ouvintes, muito pelo contrário, alcança do rico ao pobre, do profissional formado ao bóia-fria analfabeto, do indivíduo que tem saúde ao doente, enfim, ele é a companhia para muitos que se sentem sozinhos e até mesmo excluídos.

Só alcançaremos uma sociedade sustentável e justa quando excluirmos ou minimizarmos a fome, a miséria, o sofrimento, a desigualdade social, a discriminação e a exclusão da sociedade. Para isso acontecer o primeiro passo é trabalharmos juntos para a inclusão e não mais ignorar as pessoas por serem diferentes, pois temos diferenças e isso é uma normalidade do ser humano. O importante é colaborarmos para o fortalecimento da corrente inclusiva e utilizarmos os meios de comunicação, principalmente o rádio, que faz do homem um ser social, como ferramentas facilitadoras no processo de inclusão.

Este artigo se faz importante pela necessidade de diminuir as diferenças e quebrar a barreira da exclusão em que as pessoas ignoram umas às outras pelo simples fato de ser ou ter algo diferente. A miscigenação, a hibridização, a mistura faz parte do nosso cotidiano, por isso devemos refletir sobre as ações discriminatórias, tentando minimizar o preconceito que é visto como uma das principais causas de exclusão. O rádio pode contribuir para isso.

## 4 Referências bibliográficas

- AMARO, Rogério Roque. *A exclusão social hoje*. Instituto São Tomé de Aquino. Disponível em: <[http://triplov.com/ista/cadernos/cad\\_09/amaro.html](http://triplov.com/ista/cadernos/cad_09/amaro.html)>. Acessado em 01 de julho de 2007.
- CARVALHO, Rosita Edler. *Educação inclusiva com os pingos nos is*. Porto Alegre: Medicação, 2004.
- CATANI, Afrânio Mendes. *O que é capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. São Paulo: Cortez, 2001.
- ENGELS, Friedrich. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, 1896. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/trabalho/engels.htm>>. Acessado em 20 de junho de 2007.
- FERRARETO, Luiz Artur. *Rádio: o veículo, a história e a técnica*. 2ª ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.
- GIOVANNINI, Giovanni. *Evolução na comunicação: do sílex ao silício*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- LIMA A. L. M., KIFFER C. R., UIP D., OLIVEIRA M. S., LEITE O. M. *HIV/Aids: Perguntas e Respostas*. São Paulo: editora Atheneu, 1996.
- MCLEISH, Robert. *Produção de rádio: um guia abrangente da produção radiofônica*. São Paulo: Summus, 2001.

POCHMANN, Marcio. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos: *A exclusão Social no Brasil e no Mundo*, 2004. Disponível em: <<http://www.social.org.br/relatorio2004/relatorio016.htm>>. Acessado em 22 de junho de 2007.

PRADO, Emilio. *Estrutura da informação radiofônica*. São Paulo: Summus, 1985.

RATTNER, Henrique. Exclusão Social. *Revista Espaço Acadêmico* n°: 65. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/065/65rattner.htm>. Acessado em 01 de julho de 2007.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens: discurso sobre as ciências e as artes*. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

VIVARTA, Veet. *Mídia e Deficiência*. Brasília: Andi; Fundação Banco do Brasil, 2003a.

VIVARTA, Veet. *Que País é Este?: pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano & social no foco da imprensa brasileira*. São Paulo: Cortez, 2003b.

WERNECK, Claudia. *Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.